



Direito Administrativo

8

Abono Permanência e Prescrição

Os efeitos financeiros da concessão do abono de permanência especial submetem-se à prescrição quinquenal, contada a partir do requerimento administrativo em que se comprove o direito vindicado.

Competência Mariana/MG (TRF6)

Compete à Justiça Federal - Tribunal Regional Federal da 6ª Região - processar e julgar as demandas que tenham como objeto o Programa Indenizatório Definitivo (PID) relativo ao desastre do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, no contexto da repactuação homologada pelo STF.

Continuidade Delitiva Administrativa

A aplicação da continuidade delitiva ou de outros institutos do Direito Penal à infrações administrativas somente é admitida quando houver previsão expressa em lei.

Tortura e Improbidade (Lei 14.230)

As modificações implementadas pela Lei n. 14.230/2021 não permitem qualificar a tortura como ato de improbidade administrativa, a despeito de herança jurisprudencial oposta baseada na redação original.

Pensão por Morte Ato Ilícito

O pensionamento mensal decorrente de ato ilícito deve limitar-se a 2/3 dos rendimentos ou ser equivalente a um salário mínimo na falta de comprovação documental.

Prova Penal Emprestada Ilícita

É inadmissível a condenação, em processo administrativo disciplinar, amparada em prova penal emprestada considerada ilícita, ainda que essa ilicitude tenha sido declarada posteriormente à conclusão do PAD.

Cotas Raciais e Proporcionalidade

O quantitativo de vagas reservadas às pessoas negras deve incidir sobre o total de vagas do cargo, vedado o fracionamento por áreas de especialização.

Demora Recurso Administrativo CEBAS

Não é lícito à Administração postergar indefinidamente a análise do recurso administrativo interposto contra o indeferimento de CEBAS.



Direito Ambiental

1

Dano Moral Água Potável

A omissão estatal no fornecimento de água potável compromete direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana, caracterizando hipótese de dano moral coletivo indenizável, sendo desnecessária a demonstração de sofrimento emocional concreto.



Direito Civil

7

Dano Moral Morte em Escola

No caso de morte de filho decorrente de homicídio, ocorrida enquanto o menor se encontrava sob a guarda de instituição de ensino, o dano moral suportado pelos genitores é presumido (in re ipsa), sendo os parâmetros jurisprudenciais para a fixação do quantum indenizatório meramente orientadores.

Paridade Cambial BNDES

É válida a inclusão de cláusula de paridade cambial nos contratos de repasse de recursos externos celebrados com fundamento na Resolução CMN 63/1967.

Seguro de Vida e Risco Intencional

No seguro de vida, apenas o suicídio ocorrido nos dois primeiros anos de vigência do contrato é considerado agravamento intencional do risco passível de excluir a cobertura securitária.

Suicídio e Prazo Seguro de Vida

No seguro de vida, apenas o suicídio ocorrido nos dois primeiros anos de vigência do contrato é considerado agravamento intencional do risco para fins de exclusão de cobertura.

Extensão Patente e INPI

Na ausência de lei estabelecendo critérios objetivos, não cabe a análise casuística do pedido de extensão de patente por demora administrativa do INPI.

Ineficácia de Transação sem Seguro

A transação dos direitos da seguradora realizada sem a sua participação ou anuência não gera efeitos em relação aos direitos sub-rogados decorrentes do pagamento da indenização securitária.

Impenhorabilidade Propriedade Rural

É aplicável a proteção da impenhorabilidade de pequena propriedade rural à hipótese em que o bem é oferecido como garantia em alienação fiduciária.



Direito da Criança e do Adolescente

1

Pornografia Infantil e ECA

A produção clandestina de pornografia infantil no ambiente doméstico, com violação da intimidade por pessoa de confiança, justifica a culpabilidade acentuada (art. 240 ECA).



Direito da Saúde

2

Canabidiol e Plano de Saúde

O plano de saúde não é obrigado ao custeio de medicamento à base de canabidiol e não registrado pela Anvisa para uso domiciliar.

Tratamento TREINI e Plano de Saúde

É obrigatória a cobertura de tratamentos multidisciplinares, a exemplo do método TREINI, pelos planos de saúde aos beneficiários com transtornos globais.



Direito do Consumidor

2

Preço Único à Vista e Prazo

A liberdade de precificação permite ao fornecedor manter o mesmo preço para vendas à vista e a prazo, desde que respeitada a informação clara ao consumidor.

Redução Limite Cartão sem Aviso

A simples redução do limite do cartão de crédito sem prévia comunicação ao consumidor não gera, por si só, dano moral presumido (in re ipsa).



Direito Internacional

1

Ato Notarial Estrangeiro e Testamento

A homologação de ato notarial estrangeiro que versa sobre bens situados no Brasil contraria o art. 964 do CPC, que veda a homologação de decisões estrangeiras em hipóteses de competência exclusiva da jurisdição nacional.



Direito Penal

2

Comutação e Falta Grave (12 meses)

O período de 12 meses a que se refere o art. 4º do Dec. 9.246/2017 caracteriza-se pela não ocorrência da falta grave, não se relacionando à data de sua apuração.

Estelionato Previdenciário Casamento

A obtenção de benefício previdenciário, quando não evidenciada fraude no preenchimento dos seus requisitos legais, não caracteriza vantagem indevida para fins de enquadramento típico do crime do art. 171, § 3º, do Código Penal.



Direito Processual Civil

5

Fiança Bancária em Execução Fiscal

Na execução fiscal, a fiança bancária ou o seguro garantia oferecido em garantia de execução de crédito tributário não é recusável por inobservância à ordem legal da penhora.

Domicílio Executado Agência/Sucursal

Na execução individual de sentença coletiva contra pessoa jurídica, para fins de definição da competência territorial, considera-se domicílio do executado, quando a obrigação for contraída por agência ou sucursal, o local da unidade em que foi celebrado o negócio jurídico.

Remessa Necessária Previdenciária

A demanda previdenciária cujo valor da condenação seja aferível por simples cálculos aritméticos, com base nos parâmetros fixados na sentença, deve ser dispensada da remessa necessária quando for possível estimar que não excederá o limite previsto no art. 496, § 3º, I, do Código de Processo Civil.

Recurso Ordinário Fungibilidade

Em causas envolvendo Estado estrangeiro e Município ou pessoa residente no País, a apelação enviada ao STJ pode ser recebida como recurso ordinário, aplicando-se os princípios da fungibilidade recursal.

Honorários Sucumbenciais REFIS

A extinção dos embargos à execução fiscal em face da desistência para adesão a programa de recuperação fiscal com verba honorária já inserida não enseja nova condenação judicial.



Direito Processual Penal

1

Prisão Domiciliar Materna (Prova)

Exige-se prova inequívoca da imprescindibilidade da presença materna como fundamento da prisão domiciliar, não bastando o mero vínculo familiar com a criança.



Direito Tributário

4

Base de Cálculo INCRA/SEBRAE

A base de cálculo das contribuições ao INCRA, salário-educação, DPC, FAER, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP, SEBRAE, APEX-Brasil e ABDI não é limitada a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

Contribuição Social Terço de Férias

Em adequação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, é legítima a incidência de contribuição social, a cargo do empregador, sobre os valores pagos ao empregado a título de terço constitucional de férias gozadas.

Mora em Recurso CEBAS

O pedido de concessão ou renovação de CEBAS deve ser examinado, a princípio, à luz da regra contida no art. 14 do CTN, até que sobrevenha, se for o caso, lei complementar disciplinando de forma diversa a matéria.

Incidência IRPF sobre PLR e Bônus

O Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) incide sobre as verbas recebidas a título de PLR, bônus, outplacement e compensação por stock options em rescisão unilateral de contrato cível.